



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXVII — Nº 029

QUARTA-FEIRA, 7 DE ABRIL DE 1982

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 55.^a SESSÃO CONJUNTA, EM 6 DE ABRIL DE 1982

Sessão solene destinada a recepcionar o Senhor Karl Carstens, Presidente da República Federal da Alemanha.

2 — ATA DA 56.^a SESSÃO CONJUNTA, EM 6 DE ABRIL DE 1982

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Comunicações da Presidência

— Prejudicialidade, por decurso de prazo, das Propostas de Emenda à Constituição n.ºs 64, 65 e 66, de 1981.

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se na próxima segunda-feira, dia 12, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

2.2.2 — Ofício

De presidente de comissão mista solicitando prorrogação de prazo para apresentação de parecer. **Deferido.**

2.3 — ORDEM DO DIA

2.3.1 — Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

N.º 15, de 1982, que revoga a alínea a do § 3.º do art. 147 da Constituição da República Federativa do Brasil.

2.3.2 — Designação da Comissão Mista. Fixação de calendário para a tramitação da matéria

2.4 — PRONUNCIAMENTO DE LIDERANÇA

DEPUTADO CARLOS ALBERTO, como Líder do PDS — Problema sucessório no Rio Grande do Norte.

2.5 — ENCERRAMENTO

ATA DA 55.^a SESSÃO CONJUNTA, EM 6 DE ABRIL DE 1982

4.^a Sessão Legislativa Ordinária, da 46.^a Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. JARBAS PASSARINHO

ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Laélia de Alcântara — Jorge Kalume — Eunice Michiles — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Luiz Fernando Freire — José Sarney — Alberto Silva — Helvidio Nunes — Almir Pinto — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Martins Filho — Aderbal Jurema — Nilo Coelho — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Luiz Viana — João Calmon — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Amaral Furlan — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Paulo Brossard — Pedro Simon.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Nabor Júnior — PMDB; Nossier Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Joel Ferreira — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Rafael Faraco — PDS; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Isaac Newton — PDS; Jerônimo Santana — PMDB.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Jader Barbalho — PMDB; João Menezes — PMDB; Jorge Arbage —

PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Nélio Lobato — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Andrade — PDS.

Maranhão

Edison Lobão — PDS; Edson Vidigal — PMDB; Eptácio Cafeteira — PMDB; Freitas Diniz — PT; João Alberto — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Luiz Rocha — PDS; Magno Bacelar — PDS; Nagib Haickel — PDS; Temístocles Teixeira — PDS; Victor Trovão — PDS; Vieira da Silva — PDS.

Piauí

Carlos Augusto — PMDB; Correia Lima — PDS; Hugo Napoleão — PDS; João Clímaco — PDS; Joel Ribeiro — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Pinheiro Machado — PMDB.

Ceará

Adauto Bezerra — PDS; Alfredo Marques — PMDB; Antônio Moraes — PMDB; Cesário Barreto — PDS; Claudino Sales — PDS; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Iranildo Pereira — PMDB; Leorne Belém — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Paulo Studart — PDS.

EXPEDIENTE

CENTRO GRAFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

MARCOS VIEIRA

Diretor Executivo

FRANCISCO OLÍMPIO PEREIRA MARÇAL

Diretor Industrial

GERALDO FREIRE DE BRITO

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 3.000,00
Ano	Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — PDS; Carlos Alberto — PDS; Henrique Eduardo Alves — PMDB; João Faustino — PDS; Pedro Lucena — PMDB; Ulisses Potiguar — PDS; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS

Paraíba

Ademar Pereira — PDS; Alvaro Gaudêncio — PDS; Antonio Gomes — PDS; Antônio Mariz — PMDB; Arnaldo Lafayette — PMDB; Carneiro Arnaud — PMDB; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; Marcondes Gadelha — PDS; Octacílio Queiroz — PMDB; Wilson Braga — PDS.

Pernambuco

Airon Rios — PDS; Augusto Lucena — PDS; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Fernando Coelho — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Guedes — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; João Carlos de Carli — PDS; Joaquim Guerra — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Mendonça Bezerra — PDS; Josias Leite — PDS; Marcus Cunha — PMDB; Milvernes Lima — PDS; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Coelho — PDS; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Flúza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramalho — PMDB

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Antônio Ferreira — PDS; Divaldo Suruagy — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Costa — PMDB; Mendonça Neto — PMDB; Murillo Mendes — PMDB

Sergipe

Antônio Valadares — PDS; Celso Carvalho — PMDB; Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB; Raymundo Diniz — PDS; Tertuliano Azevedo — PMDB

Bahia

Afrisio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Carlos Sant'Ana — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Elguisson Soares — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Francisco Benjamin — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Henrique Brito — PDS; Hilderico Oliveira — PMDB; Honorato Vianna — PDS; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Vianna — PMDB; José Amorim — PDS; José Penedo — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Menandro Minahim — PDS; Ney Ferreira — PDS; Odulfo Domingues — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Rogério Rego — PDS; Rômulo Galvão — PDS; Roque Aras — PMDB; Ruy Bacelar — PDS; Stoessel Dourado — PDS; Ubaldo Dantas — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Christiano Dias Lopes — PDS; Gerson Camata — PMDB; Luiz Baptista — PMDB; Mário Moreira — PMDB; Max Mauro — PMDB; Parente Frota — PDS; Theodorico Ferfraço — PDS; Walter de Pra — PDS.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — PDS; Alcir Pimenta — PMDB; Álvaro Valle — PDS; Celio Borja — PDS; Celso Peçanha — PTB; Daniel Silva — PMDB; Darcilio Ayres — PDS; Dasso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PMDB; Edson Khair — PMDB; Felipe Penna — PMDB; Florim Coutinho — PTB; Hydekkel Freitas — PDS; Joel Lima — PMDB; Joel Vivas — PMDB; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Gama — PMDB; Jorge Moura — PMDB; José Bruno — PMDB; José Frejat — PDT; José Maria de Car-

valho — PMDB; José Maurício — PDT; Jose Torres — PDS; Lázaro Carvalho — PMDB; Léo Simões — PDS; Leonidas Sampaio — PMDB; Lygia Lessa Bastos — PDS; Mac Dowell Leite de Castro — PMDB; Marcello Cerqueira — PMDB; Marcelo Medeiros — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Miro Teixeira — PMDB; Modesto da Silveira — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Oswaldo Lima — PMDB; Paulo Rattes — PMDB; Paulo Torres — PMDB; Pedro Faria — PMDB; Peixoto Filho — PMDB; Péricles Gonçalves — PTB; Rubem Dourado — PMDB; Rubem Medina — PDS; Saranago Pinheiro — PDS; Simão Sessim — PDS; Walter Silva — PMDB

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Altair Chagas — PDS; Antônio Dias — PDS; Batista Miranda — PDS; Bento Gonçalves — PMDB; Bias Fortes — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Cotta — PMDB; Carlos Eloy — PDS; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Dario Tavares — PMDB; Delson Scarano — PDS; Edgard Amorim — PMDB; Fued Dib — PMDB; Genival Tourinho — PMDB; Geraldo Renault — PDS; Hélio Garcia — PMDB; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Ferraz — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Machado — PDS; Juarez Batista — PMDB; Junia Marise — PMDB; Leopoldo Bessone — PMDB; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Melo Freire — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Newton Cardoso — PMDB; Paulino Cicero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Renato Azeredo — PMDB; Ronan Tito — PMDB; Rosemburgo Romano — PMDB; Sergio Ferrara — PMDB; Silvio Abreu Júnior — PMDB; Tarcisio Delgado — PMDB; Telêmaco Pompei — PDS; Vicente Guabiroba — PDS.

São Paulo

Adalberto Camargo — PDS; Adhemar de Barros Filho — PDS; Aírton Sandoval — PMDB; Aírton Soares — PT; Alcides Francisato — PDS; Alberto Goldman — PMDB; Antônio Morimoto — PDS; Antônio Russo — PMDB; Antônio Zacharias — PDS; Athié Coury — PDS; Audálio Dantas — PMDB; Aurélio Peres — PMDB; Baldacci Filho — PTB; Benedito Marcillo — PT; Bezerra de Melo — PDS; Caio Pompeu — PMDB; Cantídio Sampaio — PDS; Cardoso Alves — PMDB; Cardoso de Almeida — PDS; Carlos Nelson — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PDS; Erasmo Dias — PDS; Flávio Chaves — PMDB; Francisco Leão — PDS; Freitas Nobre — PMDB; Glóia Júnior — PDS; Henrique Turner — PDS; Herbert Levy — PDS; Horácio Ortiz — PMDB; Israel Dias-Novaes — PMDB; Jayro Maltoni — PDS; João Arruda — PDS; João Cunha — PMDB; Jorge Paulo — PDS; Jose Camargo — PDS; José de Castro Coimbra — PDS; Maluly Netto — PDS; Mário Hato — PMDB; Natal Gale — PDS; Octacílio Almeida — PMDB; Octávio Torrecilla — PDS; Pacheco Chaves — PMDB; Pedro Carolo — PDS; Ralph Biasi — PMDB; Roberto Carvalho — PDS; Ruy Codo — PMDB; Ruy Silva — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Santilli Sobrinho — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB; Valter Garcia — PMDB.

Goiás

Adhemar Santillo — PMDB; Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Francisco Castro — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Guido Arantes — PDS; Hélio Levy — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; José Freire — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Rezende Monteiro — PDS; Siqueira Campos — PDS.

Mato Grosso

Afro Stafanini — PDS; Bento Lobo — PMDB; Carlos Bezerra — PMDB; Cristino Cortes — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Júlio Campos — PDS; Louremberg Nunes Rocha — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos de Oliveira — PT; João Câmara — PMDB; Leite Schmidt — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Ubaldo Barém — PDS; Walter de Castro — PDS.

Paraná

Adolpho Franco — PDS; Adriano Valente — PDS; Alvaro Dias — PMDB; Alípio Carvalho — PDS; Antônio Annibelli — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PDS; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Braga Ramos — PDS; Ernesto Dall'Oglio — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Heitor Alencar Furtado — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Hermes Macedo — PDS; Igo Losso — PDS; Ítalo Conti — PDS; Lúcio Cioni — PMDB; Mário Stamm — PMDB; Maurício Fruet — PMDB; Nivaldo Krüger — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Osvaldo Macedo — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Paulo Pimentel — PTB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Roberto Galvani — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Vilela de Magalhães — PTB; Walber Guimarães — PMDB; Waldmir Belinati — PDS.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Arnaldo Schmitt — PMDB; Artenir Werner — PDS; Ernesto de Marco — PMDB; Esperidião Amin — PDS; Francisco Libardoni — PMDB; João Linhares — PMD; Juares Furtado — PMDB; Luiz Cechinel — PT; Mendes de Melo — PDS; Nelson Morro — PDS; Nereu Guidi — PDS; Pedro Ivo — PMDB; Victor Fontana — PDS; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — PDS; Alcebiades de Oliveira — PDS; Alceu Collares — PDT; Aldo Fagundes — PMDB; Alexandre Machado — PDS; Aluizio Paraguassu — PDT; Cardoso Fregapani — PMDB; Carlos Chiarelli — PDS; Carlos Santos — PMDB; Cláudio Strassburger — PDS; Darcy Pozza — PDS; Eloar Guazelli — PMDB; Eloy Lenzi — PDT; Emídio Perondi — PDS; Fernando Gonçalves — PDS; Getúlio Dias — PDT; Harry Sauer — PMDB; Hugo Gardini — PDS; Jairo Brum — PMDB; João Gilberto — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lidovino Fanton — PDT; Magnus Guimarães — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Odacir Klein — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB; Telmo Kirst — PDS; Túlio Barcellos — PDS; Victor Faccioni — PDS; Waldir Walter — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Hélio Campos — PDS; Júlio Martins — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Declaro aberta a Sessão destinada a recepcionar Sua Excelência o Senhor Karl Carstens, Presidente da República Federal da Alemanha, e convido Sua Excelência o Senhor Ministro Xavier de Albuquerque, Presidente do Supremo Tribunal Federal, a integrar a Mesa. (Pausa.)

(O Senhor Ministro dirige-se à Mesa, indo ocupar o lugar a S. Ex.^a reservado.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Encontra-se no edifício do Congresso Nacional Sua Excelência o Senhor Presidente da República Federal da Alemanha.

Para introduzir Sua Excelência em plenário, designo Comissão constituída pelos Líderes dos Partidos Políticos, representados na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, e pelos Presidentes das Comissões de Relações Exteriores das duas Casas do Congresso Nacional. (Pausa.)

(Acompanhado da Comissão designada, dá entrada no plenário o Senhor Presidente Karl Carstens, ocupando, à Mesa, o lugar a Sua Excelência reservado, à direita do Senhor Presidente Jarbas Passarinho.)

(São executados, nas galerias, os Hinos Nacionais da Alemanha e do Brasil.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco que, em nome do Senado Federal, saudará Sua Excelência o Senhor Presidente da República Federal da Alemanha.

O SR. ITAMAR FRANCO (Pronuncia o seguinte discurso) —

Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Jarbas Passarinho,

Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Nelson Marchezan,

Ex.^{mo} Sr. Presidente Karl Carstens,

Srs. Embaixadores,

Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Francisco Xavier de Albuquerque,

Sr. Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro,

Sr. Presidente do Tribunal Federal de Recursos, Dr. Jarbas dos Santos Nobre,

Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, Dr. Luciano Brandão de Souza,

Srs. Congressistas,

Autoridades Cíveis e Militares,

Cumpram-me o honroso dever de saudar em nome do Senado da República o ilustre representante de um povo que ao longo dos séculos tem contribuído de forma decisiva para o progresso da cultura e o avanço do conhecimento humano, legando à posteridade um acervo de inestimável valor. É com profundo respeito e admiração que evoco aqui o espírito criador, o gênio, a alma da nação que, sobrepondo-se às mais rudes condições existenciais, sempre foi capaz de elevar-se na busca do alto ideal de Justiça.

Se minhas palavras introdutórias se reportam ao que julgo ser um dos valores fundamentais no homem e que reconheço existir como particular intensidade na alma tedesca, é porque entendo que o momento histórico que vivemos está a exigir um desprendido empenho de todos para a consecução de um novo tipo de relacionamento entre os povos e entre os homens.

É a história da evolução do pensamento germânico a própria imagem da luta pela libertação de seu povo, pela conquista de superiores formas de organização social, pelo repúdio a todos os artifícios de dominação e sujeição que ocorreram e ainda infelizmente ocorrem no conturbado mundo em que vivemos. Já no limiar do Século XVI, insurgia-se um ilustre pensador e teólogo cristão contra os abusos e a prepotência que centros estrangeiros procuravam impor ao povo germânico. As noventa e cinco teses de Wittenberg outra coisa não representaram senão o anseio de romper com uma ordem autoritária e injusta. A reforma, na feliz expressão de Spenlé, foi produto de uma "crise de consciência que se desenrolou na cela de um convento de Erfurt" e que teve a desencadeá-la a revolta "contra um conformismo que origina o temor e cuja consequência é paralisar no homem toda a espontaneidade, todo o amor, encorajando-lhe à hipocrisia e à baixa conduta". A sensibilidade de Lutero fê-lo rapidamente compreender que a cega obediência não poderia ser o caminho da salvação pois em sendo a ordem reinante injusta, somente os inescrupulosos, os desprovidos de senso ético, seriam capazes de a ela se ajustar.

Na busca incessante do aperfeiçoamento intelectual, segue-se o racionalismo da "Aufklärung" orientada para a vida ativa, para a realidade terrestre, para a "praxis" mundana. Deseja transformar o mundo, realizar a história pela razão humana e para tanto compreende a necessidade de educar o homem. Revela a importância de se dispor de um mecanismo intelectual para a análise lógica dos fatos pois só assim é possível dissipar os mistérios, as ignorâncias, os preconceitos. As forças do mal, as tiranias, os ódios secularmente transmitidos cederiam passo ante a iluminação dos cérebros. O inimigo a ser combatido sem trégua é o fanatismo, o obscurantismo, a cumplicidade com a inércia e a cegueira intelectual. O filósofo de Königsberg resumiu magistralmente o espírito da época: "A Aufklärung é a emancipação do homem saindo da menoridade intelectual onde viveu até então por vontade própria. Chamo "menoridade" à incapacidade humana de fazer uso de sua própria inteligência, sem tutela exterior. Esta incapacidade é uma falta de moral quando procede, não de uma falta de discernimento, mas de uma ausência de energia e de coragem imputável à vontade. *Sapere aude!* Ousa usar o teu juízo! Eis a fórmula de Aufklärung."

No crepúsculo do Século XVIII presenciamos uma busca retomada da consciência libertária germânica através do "Sturm und Drang" que viria a ter em Goethe e Schiller dois de seus maiores expoentes. O mestre de Weimar nos seus diálogos com Eckermann observou com a acuidade que lhe era peculiar que "Werther" não fora o produto de uma "época particular da história mas uma idade da vida humana. Aquela em que todo indivíduo, tendo nascido com o sentimento natural da liberdade, se vê constrangido a adotar as formas de um mundo mais antigo. Os entraves que este mundo oferece à sua felicidade, à sua atividade, os recalcamientos que impõe aos seus desejos, são males que não pertencem propriamente a uma época determinada, mas que pertencem a cada indivíduo, e será digno de compaixão aquele que, pelo menos uma vez na vida, não tenha atravessado um período no qual Werther não lhe pareça escrito como dirigido à sua intenção".

A clarividência de Schiller, por seu turno, faz com que clame contra aquele tipo de sociedade que ao invés de criar um "Estado" capaz de libertar o homem gera um incontrolável monstro que a todos "comprime" procurando assegurar pela força a uniformidade dos seres. Ganham as artes, neste contexto intelectual, relevância de primeira grandeza, pois compreende-se, então, que so ela é capaz de tomar o ser humano na sua totalidade indivisa, no seu corpo e no seu espírito, nas suas inclinações naturais como na sua vontade moral. O reencontro com os postulados éticos fundamentais da cultura helênica marcam esta época de profícua elaboração literária e artística.

A tônica do movimento é o empenho em divorciar o espírito humano do caos bárbaro a que o relega a ignorância e a intolerância; a necessidade de disciplinar suas violências originais; purificar suas aspirações confusas, expulsar os demônios malfazejos e os impulsos destrutivos que o obcecaram; em resumo, humanizar o ser pelo espetáculo da beleza helênica. Este pensamento é retratado de forma particularmente feliz no drama de "Ífigenia" pois é ela, com sua pureza original, capaz de realizar uma missão redentora ao ser introduzida no seio de um povo bárbaro pelas mãos de uma Diana.

Não poderíamos — Sr. Presidente — ao acolhermos V. Ex.^a nesta Casa que tem por finalidade institucional expressar a vontade do povo brasileiro, deixar de render nossa homenagem a todos aqueles homens de saber de vossa pátria que tanto contribuíram no plano das idéias para a construção teórica do "Estado humanitário". O antagonismo que Humboldt tão bem discerniu entre a ação do Estado — centralizador, uniformizante, tendente a subjugar a um fim útil — e as exigências da cultura que não pode prescindir da espontaneidade criadora dos homens, permanece atual. Suas lições sobre os "limites da ação do Estado" nunca foram tão atuais como no presente momento histórico em que o indivíduo corre o risco de ser subjugado por um autoritarismo crescentemente fora de controle.

No limiar do Século XIX, novamente o gênio da expressão cultural tedesca faz-se presente nos escritos de um homem que viria a marcar profundamente a evolução do pensamento filosófico. Até então, os pensadores concentravam seus esforços no campo da especulação ideal, dos princípios abstratos, no dever ser. Hegel aceita o desafio de desbravar novos rumos ao conhecimento. Contribuiu decisivamente para romper os grilhões que mantinham o pensamento contemporâneo atrelado à lógica formal, abstrata e estática. A partir de sua obra, reconhece-se que em toda idéia que evolui está implícita uma contradição entre dois termos opostos. Há um princípio de afirmação e de conservação que tende a preservá-la na identidade estática do seu ser e há também um princípio de negação que a contradiz, provocando no seu íntimo uma crise, um antagonismo, que afinal acaba sendo a única possibilidade de realização plena de sua substância. Se Fichte já notara que o Eu absoluto só se afirma, na realidade, em oposição com a sua própria negação, Hegel transpõe esta dialética da ordem subjetiva para a objetiva. A negação passa a ter uma função lógica pois obriga a idéia a precisar-se, a formular-se objetivamente. No plano político constata que a realização concreta do poder se faz na idéia de direito e esta se materializa sob a forma de códigos, tribunais, administração e outros corpos coercitivos, cuja existência é imposta pela própria negação do poder. Descobre, entretanto, o impulso criador desta negação na medida em que ela, e só ela, é capaz de levar à evolução e ao progresso. O debate, o conflito, o confronto de opostos assumem foros de real importância no cenário intelectual. Talvez o próprio Goethe tenha tido a premonição do movimento que se delineava ao tomar Mefisto — "o espírito que nega" — como o agente do progresso no prólogo de Fausto.

Já em tempos mais recentes, dá-nos o gênio criador do povo germânico vultos da grandeza de Nietzsche, Husserl, Heidegger, Nann, todos, embora por caminhos diferentes, empenhados na busca do verdadeiro sentido da existência e, por esta via, contribuindo na edificação do acervo de conhecimentos que propiciam, em última análise, um porvir mais promissor e generoso para toda a humanidade.

Os dias que vivemos são unanimemente reconhecidos como marcando o fim de uma era e o alvorecer de uma outra. Não é pois de estranhar que estejamos a presenciar uma época cheia de conflitos e de contradições que desafiam a imaginação criadora do homem. Assistimos, ao longo dos últimos decênios, à ascensão de inúmeros países à condição de participantes efetivos da sociedade internacional. Este fato foi por si só marcante e decisivo pois introduziu novo elemento no já complexo quadro mundial, a saber, aspiração de milhares de seres humanos, até então vistos e tratados como pessoas de segunda grandeza, a participarem do processo decisório mundial e notadamente da partilha dos bens materiais e espirituais gerados pela civilização.

Existe no mundo contemporâneo, sobretudo em função da evolução recente dos acontecimentos, um inarredável dever de

solidariedade para com todos aqueles que durante séculos permaneceram marginalizados do processo histórico, figurando antes como vítimas de todo o movimento desenvolvimentista do que como participantes ou co-beneficiários a partes iguais. A situação, a todos os títulos desumana, degradante e injustificável, a que foi relegada grande parcela da humanidade está a exigir pronto reparo por parte de todos aqueles que hoje se encontram em condições de oferecer uma cooperação fraterna aos seus semelhantes. Se o primeiro dos direitos que se reconhece ao homem, como indivíduo, é o direito à vida, há de se reconhecer igualmente aos povos o direito a uma existência pacífica e livre. Um tal estado de coisas, entretanto, só será possível de ser atingido quando a praxis universal acolher de forma efetiva e concreta o princípio da autodeterminação política dos povos. O estatuto do poder em cada nação há de ser fruto da livre e soberana escolha de seus cidadãos sem que influências exógenas estejam a condicionar, de forma direta ou indireta, assunto que releva da estrita economia interna de cada Estado.

O menosprezo ao princípio da livre manifestação da vontade popular, expressa sem coação e de forma periódica, tem acarretado nas mais diversas regiões do globo explosões de inaudita violência, cujas maiores vítimas acabam sempre por ser os menos favorecidos. Aqueles que tenham sofrido as agruras de um conflito bélico de gigantescas proporções em solo pátrio compreenderão, melhor do que ninguém, não só o inestimável valor da paz mas, sobretudo, as causas que inevitavelmente levam à irrupção da guerra. As forças democráticas existentes no âmbito de cada nação devem hoje empenhar-se mais do que nunca no fortalecimento daqueles princípios éticos valorativos do ser humano que a civilização vem penosamente construindo ao longo dos séculos. Esta meta, em termos concretos, traduz-se pelo repúdio a todos as formas de opressão, exploração ou sujeição do homem à vontade egoística e unilateralmente imposta pelo seu semelhante. O assustador espectro da destruição total faz-se presente no dia-a-dia do cenário político mundial precisamente porque não se outorga o devido empenho na construção de um relacionamento mais justo e humano entre os povos e as pessoas.

Há no mundo contemporâneo um profundo anseio de mudança no sentido de se criar uma ordem internacional que, de uma vez por todas, submeta o poder e a força, sob todas as suas formas, a critérios de justiça e razão. As minorias que resistem às modificações das estruturas vigentes não só agem de forma irresponsável, pois com o seu procedimento agravam os desequilíbrios existentes, mas sobretudo atuam com o indesejável propósito de deter o progresso e o avanço da humanidade como um todo. Impõe-se reconhecer a cada povo, além do inalienável e absoluto direito de dispor de suas riquezas e recursos naturais da forma que melhor lhes aprouver, a segurança de obter um equânime termo de intercâmbio no relacionamento comercial que venha ser estabelecido em torno de tais bens. O progresso e o desenvolvimento de uns não deve nem pode se assentar na miséria e no atraso dos outros. Os vínculos obrigacionais que unem os povos só hão de ser reconhecidos como válidos e cogentes quando objetivamente decorrerem de uma livre manifestada convergência de interesses e não fluírem de uma imposição ditada pelos poderosos. A era da submissão encontra-se em vias de ceder passo à era da cooperação e da compreensão. Os acontecimentos que se sucedem no cotidiano do cenário mundial nos levam a constatar que ricos e pobres, fortes e débeis, desenvolvidos e subdesenvolvidos partilham de um mesmo destino, são reciprocamente dependentes uns dos outros, necessitam trabalhar em conjunto e em condições de fraterna igualdade na construção da paz e do progresso.

Nesta ordem de idéias, é preciso que se reconheça que as conquistas do conhecimento humano nos campos científico e tecnológico constituem um patrimônio comum da humanidade, assegurando-se em consequência, a todos os povos o direito de livremente participar dos seus frutos. Nada, absolutamente, pode justificar a pretensa apropriação, por parte de uns, daquilo que foi construído com o sacrifício e a cooperação de todos. O relacionamento emergente forçosamente irá reequilibrar, entendemos nós, os termos de quaisquer Acordos nos mais diversos campos, inclusive o nuclear, de forma a que as prestações acometidas a uns e outros traduzam uma real equivalência entre direitos e deveres. Por seu turno, o valor atribuído ao trabalho há de independar da origem nacional daqueles que o produzem. As necessidades materiais e espirituais dos homens não divergem em razão do local de domicílio ou de nascimento. Antes, devem ser reconhecidas como idênticas em decorrência da imanente igualdade ontológica que a todos nivela.

Neste final de século, depara-se o gênero humano com a constatação de que a idéia de crescimento contínuo e infinito não passa de uma grande ilusão sem qualquer assento científico. Condições que independem de nossa vontade impõem limites ao desenvolvimento e deles estamos chegando com assustadora velocidade. Subitamente descobrimos que os próprios recursos naturais, cuja transformação em bens propicia a riqueza ao gênero humano,

são finitos e esgotáveis. Cumpre agora enfrentarmos o desafio da escassez criando fórmulas capazes de assegurar uma justa e equitativa distribuição dos haveres. Não podemos, por outro lado, ignorar ou menosprezar as exigências relativas à preservação, conservação e proteção do meio ambiental contra a exploração predatória da natureza. O equilíbrio ecológico vem sendo duramente atingido pela volúpia de uns poucos que, embora reduzidos numericamente, possuem um poder destruidor de proporções assustadoras. A natureza constitui uma dádiva que nos cumpre defender em nome de um relacionamento mais equilibrado e harmônico entre o homem e a sua fonte imediata de vida.

Senhor Presidente Carstens,

A visita que V. Ex.^a empreende ao Brasil abre perspectivas promissoras para todas aquelas forças democráticas empenhadas na libertação do homem e na construção de um futuro de igualdade e justiça para todos. Em vosso País, como em nossa terra, há um generalizado anseio de paz e progresso com respeito pelos direitos humanos fundamentais. As palavras iniciais de minha oração, se as dediquei a evocar os grandes vultos culturais do povo germânico — cujas melhores tradições tiveram curso na minha cidade de Juiz de Fora, eis que fundada por um culto e progressista engenheiro alemão: Henrique Guilherme Halfeld — é porque confio em que o gênio de vossa gente aliado à sua peculiar bravura e pertinácia serão capazes de contribuir decisivamente nesta difícil caminhada rumo ao Século XXI que todos auguram ser mais generoso. Acima de eventuais ou episódicas diferenças, está a unir nossos povos o mesmo inconformismo que levou Antígona a investir contra a ordem imposta, porque injusta e desumana, e proceder de acordo com os ditames de sua consciência. Acredito, Senhor Presidente, que juntos lograremos construir uma nova sociedade da qual sejam definitivamente banidas a iniquidade, a opressão, a tirania e a violência. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Alberto Hoffmann, que falará pela Câmara dos Deputados.

O SR. ALBERTO HOFFMANN (Pronuncia o seguinte discurso.) — Senhor Presidente do Congresso Nacional, Senador Jarbas Passarinho;

Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Nelson Marchezan;

Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Francisco Xavier de Albuquerque;

Senhores Ministros de Estado;

Senhores Embaixadores e demais membros do Corpo Diplomático;

Senhores Senadores;

Senhores Deputados;

Senhores Ministros dos Tribunais Superiores;

Senhores Oficiais-generais, Almirantes e Brigadeiros;

Autoridades Religiosas, Minhas Senhoras, Meus Senhores,

Exmo. Senhor Presidente Karl Carstens

Reunidas as duas Casas do Congresso Nacional, os representantes da Nação brasileira recebem, nesta solene sessão conjunta, o Exmo. Senhor Doutor Karl Carstens, Presidente da República Federal da Alemanha.

Indicado, para honra minha, pelo Presidente Nelson Marchezan para falar em nome da Câmara dos Deputados, faço-o, inclusive, na condição de descendente de colonos que, há 130 anos, emigraram do País de V. Ex.^a para o Brasil, fixando-se no Estado do Rio Grande do Sul.

Recebemos e saudamos o Chefe de Estado de uma das mais prósperas nações do mundo, eminente investidora que está nas mãos de uma personalidade que honra a cultura alemã. Formado em Direito e em Ciências Políticas, com especialização na França e nos Estados Unidos, o Doutor Carstens detém o título de "Master of Laws". Mas, a par da importância da Nação que representa, e das qualidades e virtudes que exornam sua personalidade, homenageamos também o colega, pois foi a atividade parlamentar de V. Ex.^a, como Deputado Federal, como Líder da Bancada de seu Partido e, finalmente, como brilhante Presidente do Bundestag (Câmara dos Deputados da RFA), que o credenciou perante o Colégio Eleitoral, constituído pelos Deputados Federais e de igual número de representantes dos Estados alemães, elegendo-o em 23 de maio de 1979, com mandato de cinco anos, para a Presidência da República.

Com esta homenagem dos Senadores e Deputados brasileiros ao insigne parlamentar alemão Karl Carstens, hoje Presidente da República, cumpre dizer que as relações entre nossas Nações vêm adquirindo intensidade crescente, inclusive a nível de Governo, com a visita do Presidente Ernesto Geisel (1978), à Alemanha Federal, do Chanceler Helmut Schmidt ao Brasil (1979), do Presi-

dente João Figueiredo à Alemanha (1981), culminando, agora, com a presença de V. Ex.^a

Nossas relações não se resumem aos investimentos e ao intercâmbio comercial, este ascendendo a cerca de 3 bilhões de dólares anuais e, registrando a partir do ano de 1981 diferença favorável ao Brasil.

Nossas relações não se limitam à cooperação no campo da energia nuclear, mas abrangem também a tecnologia e controle de qualidade industrial, a metrologia, as fontes alternativas de energia, especialmente o carvão mineral, o Programa Nacional do Alcool, com estudos e projetos comuns na área dos efluentes de motores a álcool.

No campo do intercâmbio cultural, cumpre aqui citar os convênios que propiciaram leitorados com cátedras de língua portuguesa e civilização brasileira nas Universidades Alemãs e, de língua alemã e de civilização alemã nas Universidades brasileiras. E, em homenagem ao maior de todos os poetas da Pátria de V. Ex.^a, Johann Wolfgang von Goethe, cujo sesquicentenário de falecimento ora se reverencia, não posso deixar de referir-me ao trabalho magnífico do Instituto Goethe, com funcionamento regular em sete capitais brasileiras.

A par desses rápidos comentários sobre nossas relações, devo destacar embora também sucintamente, a cooperação de cientistas, militares e historiadores de seu País no desenvolvimento técnico e cultural do Brasil. Socorro-me, para tanto, da obra do escritor e historiador emérito Karl H. Oberacker Jr.: "A Contribuição Teuta na Formação da Nação Brasileira" que analisa personalidades e fatos ocorridos em todo o território nacional, em todas as épocas de nossa história.

Pensam muitos que a contribuição iniciou com a primeira leva de imigrantes, que chegaram a São Leopoldo, no dia 25 de julho de 1824, colônia que logrou notável desenvolvimento sob a direção do Dr. João Daniel Hillebrand. Foi berço de outros núcleos, inicialmente no Vale do Rio dos Sinos, e após em outras regiões do Rio Grande do Sul.

Lembram outros como contribuição de povoamento e progresso, a vinda dos 16 pioneiros que, sob a direção do Dr. Hermann Bruno Otto Blumenau desembarcaram às margens do rio Itajaí, em 2 de setembro de 1850, no local onde está a cidade que recebeu o nome de seu fundador e que será visitada por V. Ex.^a, Senhor Presidente, nesta sua viagem ao Brasil.

Na verdade, essa contribuição aconteceu ora acidental, ora organizadamente desde a data do descobrimento do Brasil. Na tripulação das naus comandadas por Cabral encontravam-se, entre outros, o Mestre João (Johnn) e mais 35 artilheiros alemães, contratados por Portugal, grande potência naval da época.

Em primeiro lugar, lembro Hans Staden, o mais famoso dos precursores que, ao tempo do Governador Geral Tomé de Souza, chegou ao Brasil. Foi comandante do Forte de Bertioiga e prisioneiro dos Tupinambás. Naquele tempo, em que pouco se acreditava em narrativas e histórias sobre o nosso País, escreveu a sua "História Verdadeira sobre o Brasil".

Cito também Cristóvão Lins, tronco dos primeiros imigrantes de Alagoas e Pernambuco, falecido em 1595, chefe de uma das famílias que mais se disseminaram e maiores atividades tiveram no Nordeste brasileiro.

Refiro agora a João Maurício de Nassau-Siegen, contratado pelos holandeses para trabalhar à frente da Companhia das Índias Ocidentais e que deixou o cargo em 1644, em virtude de divergências. Nassau, que teve grande presença como administrador em Pernambuco, saiu do Brasil dez anos antes da retirada dos holandeses.

No Maranhão, Emanuel Beckmann, o "Bequimão", foi talvez o primeiro mártir na luta pelos direitos políticos da colônia. Foi executado em 1685, ao lado do seu companheiro de lutas, Jorge Sampaio.

Cito mais João Antônio Bohm, general prussiano, que veio em 1765 e aqui permaneceu até 1783, tendo sido Comandante-Geral desde 1767 e organizador do Exército Brasileiro. Lutou contra os espanhóis, no Sul.

A seguir, com o pensamento voltado para o Mato Grosso, quero referir-me a Carlos Augusto de Oeynhausen Grevenburg, mais tarde Marquês de Aracati, que transferiu a capital para Cuiabá.

Notável foi a presença de Guilherme Luiz von Eschwege, vindo em 1810. Formado em Goettingen e na Academia de Mineração de Clausthal foi supervisor das minas de ouro e o primeiro produtor de ferro em quantidade, na sua "Fábrica Patriótica", instalada em Congonhas do Campo.

Grande projeção alcançou o cientista e humanista Karl Friedrich von Martius, da corte de Dona Leopoldina, que permaneceu

no Brasil até sua morte, em 1868. Chamava o Brasil sua segunda pátria. Notável por sua "História Natural das Palmeiras" e pela obra que organizou, verdadeiro monumento científico, "Flora Brasiliensis", em 40 volumes, editada após sua morte.

Dada a exiguidade do tempo, deixo de incluir grande número de personalidades, referidas na obra de Oberacker, que deram a sua contribuição ao Brasil nos mais diferentes setores do conhecimento humano.

Já citados Rio Grande do Sul e Santa Catarina, uma referência ainda a outras iniciativas pioneiras de colonização com imigrantes alemães em nosso País:

Catucá e Santa Amélia — Pernambuco
São Jorge dos Ilhéus — Bahia
Santa Izabel — Espírito Santo
Petrópolis — Rio de Janeiro
Teófilo Ottoni — Minas Gerais
Santo Amaro e Itapeirica — São Paulo
Uva — Goiás
Curitiba e Witmarsum — Paraná.

Foi a marcha dos pioneiros. Diante da crise na Europa, decorrente, em parte, das guerras napoleônicas, da proliferação do minifúndio em algumas províncias, do aumento da população, da falta de possibilidades econômicas, muitos atravessaram os mares para "fazer América", termo usado genericamente para todos os que emigraram para os continentes norte e sul-americanos.

Era o adeus para sempre a seus entes queridos. Era a busca de novas terras. Vieram para ficar. Não vieram para carrear tesouros à metrópole. Ajudaram a fundar, para si e seus descendentes, uma nova Pátria. Aqui permaneceram, aqui se integraram. O mesmo aconteceu logo após, e sucessivamente, com italianos, poloneses, japoneses e tantos outros. Eles e seus descendentes se juntaram aos bravos colonizadores portugueses que conseguiram segurar este país-continente.

Mas nem tudo foi fácil. Lá e cá houve críticos. Os de lá, sentidos pelos que saíram. Os de cá, temerosos com os que vinham. Schiller, em protesto contra o que chamava de "venda" de filhos da Alemanha para a América escreveu a tragédia "Cabala e Amor". Já Goethe, de forma irônica, sarcástica, escreveu: "O mundo é suficientemente vasto para que nele nos dispersemos."

Aqui, já em 3 de outubro de 1827, pedido da Assembléia Nacional ao Governo Imperial solicitando informações "sobre o número de colonos vindos ao País, as respectivas despesas, quantos haviam sentado praça, se foram convidados e sob que condições e fins haviam sido angariados".

Em 25 de maio de 1832, por decorrência de compromissos assumidos, entrou em discussão o primeiro projeto de naturalização que teve curso no Parlamento Brasileiro. Votado em outubro, a lei assinou quatro anos de permanência para concessão da cidadania. Em 1843 o prazo foi reduzido para 2 anos e em 1845 foi autorizada a carta de cidadania a todos.

Aos poucos, ao lado do alemão, foram aprendendo a língua portuguesa. Grande trabalho merece registro: as escolas paroquiais ou de comunidade, mantidas pelas igrejas católica e evangélica, por falta de escolas públicas naquele tempo, evitaram gerações de analfabetos.

Era o processo de integração. Se no início, ao falarem em português, ainda pensavam em alemão, lá adiante, ao falarem alemão, já pensavam em Brasil. Tanto que o centenário da imigração foi festejado em São Leopoldo, em 25 de julho de 1924, sob o lema:

Unser'n Väter zum Gedächtnis,
Uns zur Lehre
Unser'm Vaterland zum Heil.

(Em memória de nossos antepassados,
Para nosso exemplo,
Para a glória de nossa Pátria.)

A nível nacional, vale volver-nos à figura exponencial de Dona Leopoldina, primeira Imperatriz do Brasil, defensora, ao lado de José Bonifácio e outros, de nossa independência, e incentivadora da imigração. Faleceu quando não tinha ainda 30 anos de idade. Realizadas as suas exéquias na capital do Império, a cidade do Rio de Janeiro, a consternação do povo era geral. Os escravos diziam: "quem tomará agora o partido dos negros?" E foi uma sua descendente, a Princesa Isabel, que assinou a Lei Áurea, de 13 de maio de 1888, última etapa da libertação dos escravos.

Segundo Carl Seidler, escritor que presenciou aquele funeral: "Uma dor muda, de desespero, tomou todas as fisionomias; negros, mulatos, portugueses, ingleses, italianos, alemães, todos choravam em comum a morte da Imperatriz. Pela primeira vez sentiam-se irmãos."

Era o sentimento de Nação que estava tomando corpo numa hora de conciliação e reconciliação.

Lembrei esse episódio histórico para louvar, ao final, tudo o que tem sido feito em termos de conciliação e reconciliação em sua Pátria, que ressurgiu das cinzas da Guerra. O povo alemão soube dar-se as mãos, inclusive no campo político, criando um sistema de exemplar equilíbrio no jogo democrático. Soube conciliar o clássico sistema do distrito eleitoral com o da legenda proporcional. Ao lado dos representantes eleitos para o Bundestag, instituiu o Conselho Nacional.

E V. Ex.^a, Presidente Karl Carstens é bem um exemplo de conciliação e reconciliação. Pertence à União Democrática Cristã (CDU), da oposição, enquanto que o Chanceler Federal Helmut Schmidt é do SPD e o Vice-Chanceler, Ministro Hans-Dietrich Genscher, aqui presente, do FDP, situações que em nada prejudicam os superiores interesses da Nação.

É exemplo de reconciliação na sua ação junto à juventude, minimizando os efeitos do que se tem chamado "conflito de gerações".

Transcrevo declaração de V. Ex.^a:

"Podemos ter plena confiança na maioria da juventude. Devemos ter melhor compreensão para com ela, sem nos sentirmos molestados pela impaciência que os jovens mostram às vezes. Devemos explicar de um modo convincente o que significa, principalmente para os jovens, viver em um Estado livre."

V. Ex.^a tem sabido demonstrar: aos mais velhos que os jovens não são tão "transviados" e aos jovens que seus pais não são tão "quadrados" como parece.

E, por último, V. Ex.^a vem se empenhando na reconciliação alemã. Refiro uma de suas manifestações:

"Creio na unidade da Alemanha, no sentido mais amplo: estou convencido que a Nação alemã persiste como uma unidade espiritual e política, apesar de trinta anos de separação geográfica. E acredito que essa separação um dia será superada."

O Congresso Nacional do Brasil, estou certo, se solidariza com essa intenção e saberá também aplaudir todas as gestões de V. Ex.^a do muito que é necessário promover em termos de conciliação e reconciliação, a fim de que os responsáveis pelos destinos dos povos saibam dar-se as mãos em benefício da humanidade. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Sr. Presidente Karl Carstens, o belo e fascinante currículo de V. Ex.^a, por si só e só por si, justificaria a cerimônia que a seguir pedimos permissão a V. Ex.^a para realizar-se neste Congresso.

Professor emérito, estadista de renome mundial, presidente de uma das maiores nações, e mais prósperas do Mundo, só isto — repito — permitiria ao Congresso Nacional do Brasil prestar a homenagem que, em seguida, fará a V. Ex.^a

Ao lado disto, gostaria de salientar, como lembrou o nobre Deputado Alberto Hoffmann, que V. Ex.^a é um político. Deputado representante do povo alemão no Bundestag, lá a carreira de V. Ex.^a foi simplesmente fascinante: Deputado, Líder, Presidente da Casa.

Permita V. Ex.^a que possamos dizer-lhe que é um dos nossos, um dos nossos exatamente na medida em que nos referimos a este universo, por vezes tão incompreendido, que é o dos políticos e o da política.

É nesta qualidade que, em meu nome, em nome do Presidente Nelson Marchezan, da Câmara dos Deputados, e de todos os Srs. Senadores e Deputados que compõem o Conselho da Ordem do Congresso Nacional do Brasil que lhe conferiram, por unanimidade, o "Grande Colar" da nossa Ordem, que peço a V. Ex.^a me permita o privilégio de impô-lo agora. (Pausa.)

O Presidente Jarbas Passarinho procede à condecoração do Senhor Presidente Karl Carstens. Palmas prolongadas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Cabe-me a honra de conceder a palavra ao Exmo. Sr. Presidente Karl Carstens. (Palmas.)

O SR. KARL CARSTENS (Pronuncia o seguinte discurso.) — Ex.^{mo} Sr. Presidente do Senado Federal, Ex.^{mo} Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Excelências, Prezados Srs. Deputados, Prezados Srs. Senadores, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Agradeço, primeiramente, ao Sr. Presidente do Senado Federal e ao Sr. Presidente da Câmara dos Deputados pelas palavras extremamente amáveis que encontraram, em nome deste Congresso, para o meu país e para os demais membros de minha comitiva.

Sr. Presidente, agradeço, de modo especial, a condecoração Grande Colar do Congresso Nacional Brasileiro, concedida ao Presidente da República Federal Alemã. Irei usar esta condecoração como símbolo de amizade entre o meu país e o Brasil.

Também agradeço, de todo o coração, aos dois oradores, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, as palavras tão gentis que me dirigiram.

Agradeço ao Sr. Senador Itamar Franco, que, com uma clareza que raramente ouvi, resumiu centenas de anos de desenvolvimento intelectual alemão, mencionando as grandes figuras da teologia, da filosofia e da poesia. Foi com muita emoção que ouvi as palavras de S. Ex.^a

Agradeço também, de todo o coração, ao Sr. Deputado Alberto Hoffmann, por ter mencionado a participação dos alemães no desenvolvimento e na História do Brasil. Estamos encantados por palavras tão amáveis e cordiais.

Nós, alemães, temos muito orgulho de ter tido modesta participação no progresso do Brasil, que se tornou um dos grandes países do Mundo, não apenas de longe como o maior da América Latina, e, sim, também um dos grandes países, sob todos os pontos de vista, do cenário mundial.

É para mim uma honra especial ter hoje o privilégio de falar perante esta Egrégia Casa. Por esta distinção estou grato a V. Ex.^{as} que se reuniram especialmente para este encontro. Sei apreciar a honra que me está sendo concedida.

Como sabem, eu mesmo fui, durante longos anos, membro do Bundestag Alemão e conheço, portanto, de experiência própria, a missão responsável do parlamentar. E também conheço, dos tempos em que era Presidente do Bundestag Alemão, o fardo de seu cargo, ilustre Sr. Presidente.

Sei, sobretudo, o que significa a presença de tantos parlamentares numa ocasião em que normalmente não haveria sessão. Por este motivo, expresso a V. Ex.^{as} o meu agradecimento muito especial.

Os parlamentares são os representantes dos cidadãos, seus protetores e advogados. Além disso, é particularmente este Congresso que se considera como promotor da unidade e integração nacionais e, simultaneamente, como defensor das minorias religiosas e étnicas. Para o dever da Nação, os Senadores e Deputados brasileiros prestaram uma contribuição decisiva. A convicção da unidade espiritual e cultural do povo brasileiro encontra aqui manifestação expressiva.

Mas o Parlamento não é apenas legislador; é igualmente foro de confrontação e debate políticos. Os Parlamentos são sismógrafos dos processos em desenvolvimento no país, das expectativas políticas, econômicas e sociais das populações.

As democracias alimentam-se da confrontação construtiva das opiniões, da qual V. Ex.^{as} são protagonistas aqui em representação de todos os cidadãos deste País. Para a realização e o funcionamento da democracia é, porém, necessário que haja simultaneamente disposição para o compromisso; compromisso este que se transforme em fundamento de um consenso sólido. No caminho da democracia o seu país percorreu etapas importantes. V. Ex.^{as} todos tiveram parte essencial neste processo.

Justamente a nível parlamentar, as relações teuto-brasileiras se têm desenvolvido muito positivamente. Já em 1960, o então Presidente do Bundestag Alemão, Senhor Eugen Gerstenmaier, fez uma visita ao Brasil, e foi, exatamente há 20 anos atrás, que o então Presidente da Câmara dos Deputados, Senhor Ranieri Mazzilli, chefiou uma delegação de parlamentares brasileiros em visita à República Federal da Alemanha. Após terem visitado o Brasil com delegações de parlamentares alemães os Vice-Presidentes do Bundestag Alemão, Senhor Dr. Schmidt-Vockenhausen e Senhor Dr. Jaeger, em 1971 e 1974, respectivamente, e, em 1979, a Vice-Presidenta, Senhora Annemarie Renger, veio, em 1980, mais um grupo de parlamentares brasileiros ao nosso país, chefiado pelo então Presidente da Câmara dos Deputados, Senhor Dr. Flávio Marçilio.

Como resultado deste vivo intercâmbio constituiu-se, há pouco tempo, no nosso Parlamento, ao lado do grupo latino-americano, já existente há longa data, um grupo próprio teuto-brasileiro de parlamentares, ao qual pertencem mais de 60 deputados do Bundestag Alemão. Ele mantém contatos estreitos com o grupo brasileiro-germânico de parlamentares de seu Parlamento, chefiado pelo Deputado Pedro Collin, amigo de nosso país e conhecedor de nossa cultura.

Mas os contatos múltiplos entre os nossos Parlamentos constituem apenas um setor importante das relações diversificadas e estreitas, existentes entre os nossos dois países. Essas relações são caracterizadas por três elementos: pela franqueza mútua, pela confiança mútua e pelo respeito mútuo.

A franqueza mútua é uma pré-condição importante para as relações humanas e econômicas entre nós.

Qualquer alemão, chegando no Brasil, sente-se profundamente sensibilizado pelo carinho, pela delicadeza e simpatia com que um estrangeiro é acolhido aqui. Qualquer visitante sente que as pessoas aqui conservaram sua cortesia e generosidade, apesar dos

esforços tremendos que este País de dimensões continentais lhes exige.

Para muitos milhares de compatriotas meus, fascinados pelo seu País e encantados pela sua gente, o Brasil se tornou a nova pátria. Foram recebidos de braços abertos, o que gratos retribuem com sua lealdade.

A partir dos primeiros estabelecimentos comerciais e das empresas de porte menor surgiram, entretanto, cerca de mil empresas alemãs que investem no seu País, participando assim ativamente na vida econômica do Brasil.

A força de atração e a capacidade de desempenho da economia brasileira não se depreendem apenas dos investimentos efetuados, mas também da troca comercial muito impressionante entre o Brasil e a República Federal da Alemanha. Desde 1977 as importações alemãs do Brasil são superiores às exportações para o Brasil. A República Federal da Alemanha ocupa — depois dos Estados Unidos — o segundo lugar entre os compradores de produtos brasileiros.

Minhas Senhoras e meus Senhores, franqueza, confiança e respeito são, também, o fundamento da cooperação científica, técnica e cultural.

No setor científico e técnico, a cooperação entre a República Federal da Alemanha e o Brasil é multifacetada. Abrange a agricultura e silvicultura, a saúde e educação, o planejamento urbano e regional, a proteção ambiental, bem como o desenvolvimento de fontes alternativas de energia a partir da energia nuclear, energia solar, biomassa até a tecnologia aeroespacial.

O nosso intenso intercâmbio cultural e científico contribui para que os nossos povos se conheçam e se compreendam melhor, para que cada um se abra ao viver e ao meio cultural do outro.

Professores universitários alemães vivem e pesquisam no Brasil, professores brasileiros vivem e pesquisam na Alemanha, estudantes universitários alemães candidatam-se, em números cada vez maiores, para bolsas no Brasil, estudantes brasileiros frequentam as nossas escolas superiores.

Cientistas e técnicos alemães e brasileiros cooperam em mais de 60 projetos, sobretudo no campo da pesquisa aplicada. Universidades alemãs e brasileiras estão ligadas por convênios e programas de pesquisa, no âmbito dos quais ambos os países oferecem e recebem.

Franqueza, confiança e respeito mútuo caracterizam, finalmente, também nossa estreita cooperação no quadro político.

O Brasil, sendo um país grande e influente, goza de alto prestígio não só na região latino-americana, mas no mundo inteiro. O Brasil soube fazer uso de seu peso político e econômico, de forma prudente e inteligente. O seu País defende — assim como o meu — o equilíbrio pacífico dos interesses — tanto econômicos, como políticos.

A República Federal da Alemanha atribui grande importância à política equilibrada e à influência moderadora de seu País. Como países, situados em regiões diferentes do globo, colaboramos, em virtude de concepções políticas comuns, para assegurar a paz mundial, e contribuimos para um equilíbrio de interesses entre o Norte e o Sul.

Para essa política de ação responsável em benefício da paz, as Nações Unidas são um foro insubstituível. A República Federal da Alemanha, tanto como o Brasil, atua no seio das Nações Unidas em benefício da paz, da implementação dos direitos humanos e da realização do direito de autodeterminação de todas as nações.

Na Europa, a República Federal da Alemanha empenhou-se, através de acordos, cujo elemento central é a renúncia à ameaça e ao uso da força, pela redução das tensões, com as quais sofre particularmente a Alemanha, dividida em dois Estados. Continua sendo o nosso objetivo político trabalhar por um estado de paz na Europa em que o povo alemão, em livre autodeterminação, recupere a sua unidade.

Juntamente com os nossos aliados queremos pôr fim aos armamentos no mundo, alcançar segurança para todos, a um nível das forças militares, tão baixo quanto possível, e reduzir a carga dos custos armamentistas.

Somos membros das Comunidades Européias e procuramos, juntamente com os nossos parceiros, levar adiante a obra da União Européia.

Alegramo-nos pelo fato de o Brasil demonstrar grande compreensão pelos objetivos políticos específicos do nosso país e prestígio, de forma igual, os interesses nacionais específicos do Brasil. A harmonização a nível político tem sido ampliada nos últimos anos, e sinto satisfação pelo fato de numerosos Senadores e Deputados desta Casa terem participado ativamente nessa troca de opiniões.

Franqueza no relacionamento recíproco, confiança no parceiro e respeito pela sua individualidade e autonomia, são estes os três elementos que caracterizam as relações teuto-brasileiras.

São eles os alicerces da nossa amizade, uma amizade que nos capacita para abordarmos abertamente também divergências, se eventualmente surgirem, uma amizade que nos capacita para eliminarmos dificuldades, por fim, uma amizade que nos capacita para eliminarmos dificuldades, por fim, uma amizade que nos capacita para cooperarmos em prol dos nossos povos.

Vim para seu País como amigo; como amigo que alinha melhor conheceu suas preocupações e aspirações deixarei seu País.

Agradeço mais uma vez ao Sr. Presidente, aos Srs. Senadores e aos Srs. Deputados pela acolhida extremamente amável e cordial que me foi dispensada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Ao encerrar a sessão, a Presidência agradece a presença das autoridades civis, militares, diplomáticas e eclesásticas, convidando-as para um coquetel no salão nobre do Senado Federal, onde Sua Excelência o Senhor Presidente da República Federal da Alemanha receberá os cumprimentos.

Solicito a Comissão que introduziu nosso ilustre visitante neste plenário que acompanhe Sua Excelência até àquele local.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Está encerrada a sessão. (Palmas.)

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 50 minutos.)

ATA DA 56.^a SESSÃO CONJUNTA, EM 6 DE ABRIL DE 1982

4.^a Sessão Legislativa Ordinária, da 46.^a Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. ALMIR PINTO

AS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Laélia de Alcântara — Jorge Kalume — Eunice Michiles — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Luiz Fernando Freire — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — Almir Pinto — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Martins Filho — Aderbal Jurema — Nilo Coelho — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Luiz Viana — João Calmon — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Amaral Furlan — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Paulo Brossard — Pedro Simon.

Acre

Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Nabor Júnior — PMDB; Nasser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Joel Ferreira — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Rafael Faraco — PDS; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Isaac Newton — PDS; Jerônimo Santana — PMDB

Pará

Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Jader Barbalho — PMDB; João Menezes — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Nélcio Lobato — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Andrade — PDS.

Maranhão

Edison Lobão — PDS; Edson Vidigal — PMDB; Epitácio Cafeteira — PMDB; Freitas Diniz — PT; João Alberto — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Luiz Rocha — PDS; Magno Bacelar — PDS; Nagib Haickel — PDS; Temístocles Teixeira — PDS; Victor Trovão — PDS; Vieira da Silva — PDS.

Piauí

Carlos Augusto — PMDB; Correia Lima — PDS; Hugo Napoleão — PDS; João Climaco — PDS; Joel Ribeiro — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Pinheiro Machado — PMDB.

Ceará

Adauto Bezerra — PDS; Alfredo Marques — PMDB; Antônio Moraes — PMDB; Cesário Barreto — PDS; Claudino Sales — PDS; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Iranildo Pereira — PMDB; Leorne Belém — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Paulo Studart — PDS.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — PDS; Carlos Alberto — PDS; Henrique Eduardo Alves — PMDB; João Faustino — PDS; Pedro Lucena — PMDB; Ulisses Potiguar — PDS; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Ademar Pereira — PDS; Alvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Antônio Mariz — PMDB; Arnaldo Lafayette — PMDB; Carneiro Arnaud — PMDB; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; Marcondes Gadelha — PDS; Octacílio Queiroz — PMDB; Wilson Braga — PDS.

Pernambuco

Airon Rios — PDS; Augusto Lucena — PDS; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Fernando Coelho — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Guedes — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; João Carlos de Carli — PDS; Joaquim Guerra — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Mendonça Bezerra — PDS; Josias Leite — PDS; Marcus Cunha — PMDB; Milvernes Lima — PDS; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Coelho — PDS; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Flúza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramalho — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Antônio Ferreira — PDS; Divaldo Suruagy — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Costa — PMDB; Mendonça Neto — PMDB; Murillo Mendes — PMDB.

Sergipe

Antônio Valadares — PDS; Celso Carvalho — PMDB; Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB; Raymundo Diniz — PDS; Tertuliano Azevedo — PMDB

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Carlos Sant'Ana — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Elquisson Soares — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Francisco Benjamin — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Henrique Brito — PDS; Hilderico Oliveira — PMDB; Honorato Vianna — PDS; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Vianna — PMDB; José Amorim — PDS; José Penedo — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Menandro Minahim — PDS; Ney Ferreira — PDS; Odulfo Domingues — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Rogério Rego — PDS; Rômulo Galvão — PDS; Roque Aras — PMDB; Ruy Bacelar — PDS; Stoessel Dourado — PDS; Ubaldo Dantas — PMDB; Wilson Falcão — PDS; João Durval.

Espírito Santo

Christiano Dias Lopes — PDS; Gerson Camata — PMDB; Luiz Baptista — PMDB; Mário Moreira — PMDB; Max Mauro — PMDB; Parente Frota — PDS; Theodorico Ferraço — PDS; Walter de Prá — PDS.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — PDS; Alcir Pimenta — PMDB; Alvaro Valle — PDS; Célio Borja — PDS; Celso Peçanha — PTB; Daniel Silva — PMDB; Darcílio Ayres — PDS; Dasso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PMDB; Edson Khair — PMDB; Felipe Penna — PMDB; Florim Coutinho — PTB; Hydekkel Freitas — PDS; Joel Lima — PMDB; Joel Vivas — PMDB; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Gama — PMDB; Jorge Moura — PMDB; José Bruno — PMDB; José Frejat — PDT; José Maria de Carvalho — PMDB; José Mauricio — PDT; José Torres — PDS; Lázaro Carvalho — PMDB; Léo Simões — PDS; Leonidas Sampaio — PMDB; Lygia Lessa Bastos — PDS; Mac Dowell Leite de Castro — PMDB; Marcello Cerqueira — PMDB; Marcelo Medeiros — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Miro Teixeira — PMDB; Modesto da Silveira — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Oswaldo Lima — PMDB; Paulo Rattes — PMDB; Paulo Torres — PMDB; Pedro Faria — PMDB; Peixoto Filho — PMDB; Péricles Gonçalves — PTB; Rubem Dourado — PMDB; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Simão Sessim — PDS; Walter Silva — PMDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Altair Chagas — PDS; Antônio Dias — PDS; Batista Miranda — PDS; Bento Gonçalves — PMDB; Bias

Fortes — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Cotta — PMDB; Carlos Eloy — PDS; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Dario Tavares — PMDB; Delson Scarano — PDS; Edgard Amorim — PMDB; Fued Dib — PMDB; Genival Tourinho — PMDB; Gerardo Ranault — PDS; Hélio Garcia — PMDB; Homero Santos — PDS; Humberto Soulo — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Hercúlio — PMDB; Jorge Ferraz — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Machado — PDS; Juarez Batista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Leopoldo Bessone — PMDB; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Melo Freire — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Newton Cardoso — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Renato Azeredo — PMDB; Ronan Tito — PMDB; Rosemberg Romano — PMDB; Sérgio Ferrara — PMDB; Sílvio Abreu Jr. — PMDB; Tarcísio Delgado — PMDB; Telêmaco Pompei — PDS; Vicente Guabiroba — PDS.

São Paulo

Adalberto Camargo — PDS; Adhemar de Barros Filho — PDS; Aírton Sandoval — PMDB; Aírton Soares — PT; Alcides Franciscato — PDS; Alberto Goldman — PMDB; Antônio Morimoto — PDS; Antônio Russo — PMDB; Antônio Zacharias — PDS; Athiê Coury — PDS; Audálio Dantas — PMDB; Aurélio Peres — PMDB; Baldacci Filho — PTB; Benedito Marcílio — PT; Bezerra de Melo — PDS; Caio Pompeu — PMDB; Cantídio Sampaio — PDS; Cardoso Alves — PMDB; Cardoso de Almeida — PDS; Carlos Nelson — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PDS; Erasmo Dias — PDS; Flávio Chaves — PMDB; Francisco Leão — PDS; Freitas Nobres — PMDB; Glória Júnior — PDS; Henrique Turner — PDS; Herbert Levy — PDS; Horácio Ortiz — PMDB; Israel Dias-Novaes — PMDB; Jayro Maltoni — PDS; João Arruda — PDS; João Cunha — PMDB; Jorge Paulo — PDS; José Camargo — PDS; José de Castro Coimbra — PDS; Maluly Netto — PDS; Mário Hato — PMDB; Natal Gale — PDS; Octacílio Almeida — PMDB; Octávio Torrecilla — PDS; Pacheco Chaves — PMDB; Pedro Carolo — PDS; Ralph Biasi — PMDB; Roberto Carvalho — PDS; Ruy Codo — PMDB; Ruy Silva — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Santilli Sobrinho — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB; Valter Garcia — PMDB.

Goiás

Adhemar Santillo — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Francisco Castro — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Guido Arantes — PDS; Hélio Levy — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; José Freire — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Rezende Monteiro — PDS; Siqueira Campos — PDS.

Mato Grosso

Afro Stefanini — PDS; Bento Lobo — PMDB; Carlos Bezerra — PMDB; Cristino Cortes — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Júlio Campos — PDS; Louremberg Nunes Rocha — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos de Oliveira — PT; João Câmara — PMDB; Leite Schmidt — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Ubaldo Barém — PDS; Walter de Castro — PDS.

Paraná

Adolpho Franco — PDS; Adriano Valente — PDS; Álvaro Dias — PMDB; Alípio Carvalho — PDS; Antônio Annibelli — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PDS; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Braga Ramos — PDS; Ernesto Dall'Oglio — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Heitor Alencar Furtado — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Hermes Macedo — PDS; Igo Losso — PDS; Ítalo Conti — PDS; Lúcio Cioni — PMDB; Mário Stamm — PMDB; Maurício Fruet — PMDB; Nivaldo Krüger — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Osvaldo Macedo — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Paulo Pimentel — PTB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Roberto Galvani — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Vilela de Magalhães — PTB; Walber Guimarães — PMDB; Waldmir Belinati — PDS.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Arnaldo Schmitt — PMDB; Artenir Werner — PDS; Ernesto de Marco — PMDB; Esperidião Amin — PDS; Francisco Libardoni — PMDB; João Linhares — PMDB; Juarez Furtado — PMDB; Luiz Cechinel — PT; Mendes de Melo — PDS; Nelson Morro — PDS; Nereu Guidi — PDS; Pedro Ivo — PMDB; Victor Fontana — PDS; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — PDS; Alcebiades de Oliveira — PDS; Alceu Collares — PDT; Aldo Fagundes — PMDB; Alexandre Machado — PDS; Aluizio Paragassu — PDT; Cardoso Fregapani — PMDB; Carlos Chiarelli — PDS; Carlos Santos — PMDB; Cláudio Strassburger — PDS; Darcy Pozza — PDS; Eloar Guazelli

— PMDB; Eloy Lenzi — PDT; Emídio Perondi — PDS; Fernando Gonçalves — PDS; Getúlio Dias — PDT; Harry Sauer — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Jairo Brum — PMDB; João Gilberto — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lidovino Fanton — PDT; Magnus Guimarães — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Odacir Klein — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB; Telmo Kirst — PDS; Túlio Barcellos — PDS; Victor Faccioni — PDS; Waldir Walter — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Hélio Campos — PDS; Júlio Martins — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 30 Srs. Senadores e 412 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Não há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Esgotou-se ontem, dia 5 de abril, o prazo de tramitação das Propostas de Emenda à Constituição n.ºs 64, 65 e 66, de 1981.

A Presidência, nos termos dos artigos 48 da Constituição e 84 do Regimento Comum, declara prejudicadas as propostas, determinando a remessa dos respectivos processos ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se segunda-feira, 12 de abril, às 11 horas, destinada à leitura das Mensagens n.ºs 18 e 19, de 1982-CN, referentes, respectivamente, aos Decretos-leis n.ºs 1.898 e 1.899, de 1981.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido e deferido o seguinte

Em 6 de abril de 1982.

Senhor Presidente:

Na qualidade de Presidente da Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei n.º 3, de 1982-CN, que “dispõe sobre filiação partidária em caso de incorporação de partidos políticos, e dá outras providências”, solicito a Vossa Excelência a prorrogação por 8 (oito) dias do prazo concedido a este Órgão para apresentação do parecer, que se encerra dia 12 de abril do corrente ano.

Outrossim, esclareço, que o pedido se justifica pela importância da matéria, objeto de estudo e que está a exigir do Relator, Senhor Deputado Jorge Arbage, um prazo mais dilatado para elaboração do parecer.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de estima e consideração. — **Lourival Baptista**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Atendendo à finalidade da sessão, o Sr. 1.º-Secretário irá proceder à leitura da Proposta de Emenda à Constituição n.º 15, de 1982.

É lida a seguinte

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 15, DE 1982

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 49 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

“Artigo único. É revogada a alínea a do § 3.º do art. 147 da Constituição da República Federativa do Brasil.”

Justificação

Diz o dispositivo que se quer revogar:

“Art. 147.

§ 3.º Não poderão alistar-se eleitores:

a) os analfabetos.”

Portanto, o objetivo da Emenda é permitir o voto aos analfabetos, eliminando a proibição constitucional.

É a própria Lei Maior que determina a obrigatoriedade do alistamento e do voto.

Todavia, abre exceção odiosa a essa regra geral ao proibir o analfabeto de alistar-se.

Em consequência, a nossa Carta Magna nega direitos políticos ao analfabeto. Nega-lhe a cidadania.

De acordo com o Código Fundamental, o analfabeto não é cidadão e não tem direitos políticos. É um estrangeiro dentro do seu próprio País.

Sem embargo disso, embora lhe recuse os direitos políticos, dele exige o cumprimento dos deveres impostos a todos os cidadãos: o analfabeto paga impostos, tem de prestar serviço militar etc.

Evidentemente, a contradição é flagrante.

Além disso, o critério adotado pelo legislador constituinte é discriminatório. Afasta das decisões políticas parcela significativa de brasileiros, que ajudam a construir esta Nação, empregando o seu trabalho normalmente nas atividades mais rudes, mais penosas, mais sacrificadas e menos remuneradas.

Na verdade, o analfabeto é um pária, que recebe salário de fome pelo seu trabalho, marginalizado, sem horizonte e sem futuro.

De acordo com os dados do censo demográfico de 1970, os analfabetos representavam 33% da população. Em 1960, 39,5%.

Sem embargo do percentual ter decrescido na década de 1960, em números absolutos, os analfabetos aumentaram, eis que eles passaram de 15,8 milhões, em 1960, para 16,9 milhões, em 1970.

Assinale-se que esses brasileiros não são alfabetizados porque assim o tenham querido. Eles não têm qualquer parcela de culpa na infeliz situação em que se encontram. A culpa é do Estado Brasileiro que nunca enfrentou seriamente o problema da educação, como fizeram tantos países.

Um regime verdadeiramente democrático não pode excluir sumariamente da vida pública dezenas e dezenas de milhões de brasileiros pelo simples fato de não saberem ler e escrever. Na verdade, eles estão sendo punidos por uma falta que não é deles, mas do Estado, do Poder Público.

Esta Emenda visa reparar tal injustiça, devolvendo os direitos políticos aos analfabetos.

Caberá à lei ordinária regular o voto do analfabeto, estabelecendo as normas a serem obedecidas, a fim de que ele possa realmente exercer os direitos políticos, na escolha de seus governantes.

Impossibilitado de escrever o nome ou o número de seus candidatos, é evidente que o exercício do direito de voto tem de ser feito de maneira diversa daquela utilizado pelas pessoas letradas. Esse detalhe, porém, não cabe no texto constitucional, mas no Código Eleitoral.

Se o Congresso Nacional, em sua alta sabedoria, aprovar esta Emenda, será, então, a oportunidade para que se modifique o Código Eleitoral, nele inserindo as normas que irão regular o voto do analfabeto.

SENADORES: Orestes Quércia — Teotônio Vilela — Humberto Lucena — Jose Richa — Affonso Camargo — Nelson Carneiro — Lázaro Barboza — Tancredo Neves — Agenor Maria — Gilvan Rocha — Henrique Santillo — Itamar Franco — Luiz Fernando Freire — Gastão Müller — Laélia Alcântara — Maria Sirley — Roberto Saturnino — Mauro Benevides — Franco Montoro — Evandro Carreira — Helvidio Nunes — Dirceu Cardoso — Evelásio Vieira.

DEPUTADOS: Heltor Alencar Furtado — Gilson de Barros — Israel Dias-Novais — Airton Sandoval — Pimenta da Veiga — Tarcísio Delgado — Mendonça Neto — Adhemar Santillo — Mario Hato — Antônio Moraes — Walber Guimarães — Jorge Uequed — Getúlio Dias — Paulo Borges — Alberto Goldman — Marcelo Cordeiro — João Cunha — Rosa Flores — Geraldo Fleming — Aluizio Bezerra — Alcir Pimenta — Alvaro Dias — Magnus Guimarães — Newton Cardoso — Iturival Nascimento — João Gilberto — Marcello Cerqueira — Hélio Duque — Juarez Batista — Mendes de Melo — Amadeu Gears — Odacir Klein — Cristina Tavares — Pacheco Chaves — Waldir Walter — Marcondes Gadelha — Maurício Fruct — Celso Peçanha — Jorge Cury — Audálio Dantas — Modesto da Silveira — Athiê Coury — Tidei de Lima — Del Bosco Amaral — Alcebíades de Oliveira — Roque Aras — Haroldo Sanford — Osvaldo Macedo — João Faustino — Iram Saraiva — Francisco Libardoni — Octacílio Queiroz — Lázaro de Carvalho — Paulo Rattes — Ruy Côdo — Vicente Guabiroba — Olivir Gabardo — Fernando Magalhães — José Carlos Fagundes — Cardoso Fregapani — Fúed Dib — Santilli Sobrinho — Carlos Santos — João Linhares — M. — nha — Antônio Pontes — Francisco Benjamim — Lula — Henrique Eduardo Alves — Manoel Gonçalves — Leorne Belém — Francisco Pinto — JG de Araújo Jorge — Epitácio Cafeteira — Edgard Amorim — Edson Khalr — Carlos Cotta — Benedito Marcilio — Carlos Nelson — Iranildo Pereira — Carlos Bezerra — Miro Teixeira — Sebastião Rodrigues — Juarez Furtado — Walter Silva — Aluizio Paraguassu — Jorge Arbage — José Torres — Renato Azeredo — Ralph Biasi — Samir Achôa — Acácio Pereira — Celso Carvalho — José Frejat — Cardoso Alves — Ernesto de Marco — Walter de Prá — Stoessel Dourado — Jackson Barreto — Joacil Pereira — Eloy Lenzi — Moacir Lopes — Murilo Mendes — Antônio Morimoto — Paulo Guerra — Sebastião Andrade — Nabor Junior — Gerson Camata — Ronan Tito —

João Hercúlio — Osvaldo Lima — Loemberg Nunes Rocha — Natal Gale — Antônio Anibelli — Siqueira Campos — Marcelo Linhares — Corrêa da Costa — Valter Garcia — Octacílio Almeida — Arnaldo Lafayette — José Amorim — Isaac Newton — Adalberto Camargo — Jorge Paulo — José Maurício — Silvio Abreu Júnior — Roberto Freire — Júnia Marise — Jairo Brum — Jayro Maltoni — Ubaldo Dantas — Paulo Marques — Antônio Carlos de Oliveira — Walter de Castro — Vasco Neto — Melo Freire — Rubem Dourado — Flávio Chaves — Geraldo Bulhões — Aurélio Peres.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — De acordo com as indicações das Lideranças, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Pelo Partido Democrático Social — Senadores Helvidio Nunes, Aderbal Jurema, Eunice Michiles, João Lúcio, Jorge Kalume, Raimundo Parente e os Srs. Deputados Josias Leite, Jairo Magalhães, Osvaldo Coelho, José Mendonça Bezerra, Francisco Rossi e Natal Gale.

Pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro — Senadores Affonso Camargo, Henrique Santillo, Franco Montoro, Teotônio Vilela, Mauro Benevides e os Srs. Deputados Antônio Russo, Rosemburgo Romano, Osvaldo Macedo, Amadeu Gears e Roberto Freire.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — A Comissão Mista ora designada deverá reunir-se dentro de 48 horas para eleição do Presidente e do Vice-Presidente.

Perante a Comissão Mista, poderão ser apresentadas emendas, no prazo de 8 dias a contar de sua instalação, com o mesmo número de assinaturas previsto para a apresentação de propostas.

O parecer da Comissão Mista deverá ser apresentado até o dia 11 de maio próximo.

O prazo de tramitação da matéria se encerrará em 10 de agosto vindouro.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Carlos Alberto, como Líder do PDS.

O SR. CARLOS ALBERTO (Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Devo, nesta sessão do Congresso Nacional, dirigir as minhas palavras, analisando o processo sucessório que estamos desencadeando em todos os Estados da Federação.

Mas devo, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, no momento em que procuro trazer para os Anais desta sessão de hoje, falar da posição do Governador do Rio Grande do Norte, Dr. Lavoisier Maia que, através do diálogo e da busca de um debate mais franco e aberto para a escolha de um candidato para ser o seu sucessor, na verdade o Governador do Rio Grande do Norte, e em momento algum tomou posição definida acerca de candidato A ou de candidato B. Buscou o Governador do Estado através das pesquisas de opinião pública encomendadas ao GALLUP, como também ao IBOPE, os resultados para que pudesse o Governo se manifestar no que diz respeito ao lançamento de uma candidatura. Mas o Governador do Estado não foi buscar somente as pesquisas de opinião pública; buscou, através das manifestações populares, o indicador e foram os Srs. Prefeitos, 140 Prefeitos dos 143 do nosso Partido, que, através do manifesto de apoio ao Governo de Estado, apoiando a candidatura do Prefeito de Natal, José Agripino, e foi também através de um manifesto de apoio de 13 dos 14 Deputados Estaduais, filiados ao Partido, e foi através de um manifesto de apoio de 4 dos 6 Deputados Federais, que o Governador, então, se definiu pelo nome do Prefeito José Agripino, de Natal, para ser o seu candidato nas eleições de 15 de novembro.

O Governador buscou, por todos os meios, o bom entendimento, o diálogo aberto, franco, para chegar a uma posição que pudesse unir o Partido e pudesse levar o Partido para a grande vitória de 15 de novembro. Até porque, Sr. Presidente, as eleições de 15 de novembro serão do povo. O povo é que vai definir pelos seus governantes e o Governador, recebendo as manifestações de apoio de Vereadores, de Prefeitos, de Deputados Estaduais, de Deputados Federais, então, veio ao Palácio do Governo para dar conhecimento ao Ministro Leitão de Abreu das manifestações de apoio e da sua tomada de posição, acerca da candidatura de José Agripino. É bem verdade que um grupo dissidente resiste e faz restrições ao nome do Prefeito José Agripino.

Mas e preciso que se entenda, também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, que na hora em que o Governador toma a posição em nome de José Agripino, S. Ex.^a não tomou uma posição isolada; S. Ex.^a, tomou a posição respaldado pelas diversas lideranças que fazem o PDS no Rio Grande do Norte. E, ontem, como hoje, o Governador esteve com o Ministro Leitão de Abreu, analisando e buscando com o Ministro a solução ideal para enfrentar e resolver o impasse no Rio Grande do Norte. Ao lado, o

Senador Dinarte Mariz que lidera a corrente dissidente; e o Senador Dinarte Mariz resiste à candidatura do Prefeito José Agripino.

Agora, o Governador definiu o quadro no Rio Grande do Norte, hoje, e, por isso mesmo, ocupo a tribuna do Congresso Nacional para dar conhecimento à Nação. É que o Governador do Rio Grande do Norte assumiu a posição que acho merecer, acima de tudo, o respeito, porque S. Ex.^a está representando a maioria do Partido e definiu que, agora, se deve levar o problema para que a Convenção defina o quadro no Rio Grande do Norte. Esta convenção, que toda a classe política reivindicava quando das eleições indiretas — porque, antigamente, Sr. Presidente, as eleições eram indiretas — e, nas eleições indiretas, aqueles que perdiam no Palácio do Governo clamavam e buscavam por eleições diretas, esperando que, através do voto popular, pudessem chegar aos governos de seus Estados. Agora, no momento em que estamos vivendo e acompanhando, *pari passu*, o trabalho do Presidente João Figueiredo de fazer desta Nação uma Nação democrática e livre, em que o povo possa se manifestar, em que o povo possa, acima de tudo, definir quem deve ser o seu Governador, quem deve ser o seu representante no Congresso Nacional, então, o Governador, na hora em que toma esta posição, merece respeito. E nós, que estamos acompanhando atentamente o desenrolar dos acontecimentos políticos do Rio Grande do Norte, só temos que dar as mãos ao Governador e dizer que, na verdade, S. Ex.^a assumiu uma posição coerente de querer que a convenção decida. E por que é a convenção que deve decidir? Como político jovem nesta Casa, Sr. Presidente, como político que veio para esta Casa, acima de tudo, com o propósito de fazer com que o debate possa ser o mais democrático possível e que todos possam participar democraticamente das decisões desta Nação, entendo que o Governador tomou uma posição acertada,

ao querer que o processo seja levado para a Convenção; ao querer que os convencionais decidam o destino do Rio Grande do Norte; ao querer que os senhores convencionais decidam quem deve ser o seu candidato a Governador, porque, nesta hora, acima de tudo, o Governador do Estado está assumindo uma posição também de respeito a 140, dos 143 Srs. Prefeitos que assinaram um manifesto de apoio à candidatura de José Agripino. O Governador está assumindo uma posição não isolada, mas, uma posição em nome de 13 dos 14 Deputados Estaduais que se manifestaram favoravelmente à candidatura do Prefeito José Agripino. S. Ex.^a está, também, assumindo uma posição em nome dos Deputados Federais que outorgaram o direito de o Governador chegar ao Palácio do Planalto e anunciar que quer José Agripino como candidato do PDS.

Entendo, Sr. Presidente, que só exercitando a democracia que o Presidente João Figueiredo quer para esta Nação e para o povo brasileiro, dentro dos Partidos políticos, é que poderemos fazer realmente desta Nação uma Nação democrática. Por isto que eu gostaria de deixar aqui, nos Anais do Congresso Nacional, esta nossa palavra, dizer que, na verdade, buscamos caminhos novos para esta Nação, os caminhos da democracia. E só poderemos realmente viver a democracia ditada pelo Presidente João Figueiredo, que está estendendo a mão para todos os brasileiros, no momento em que também tivermos grandeza para disputarmos os votos numa convenção.

Esta é a minha palavra, Sr. Presidente, muito obrigado. (**Muito bem!**)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 50 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície.

Semestre	Cr\$	3.000,00
Ano	Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6.000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência Parlamento, Conta-Corrente nº 950 052/5, a favor do

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF
CEP 70 160

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Nº 71

Está circulando o nº 71 da *Revista Informação Legislativa*, periódico trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 348 páginas, contém as seguintes matérias:

SUMÁRIO

COLABORAÇÃO

- A política constitucional para o Brasil do século XXI — *Nelson de Sousa Sampaio*
- O conceito moderno de federação — *Maria Helena Ferreira da Câmara*
- O Poder Legislativo nas civilizações desaparecidas — *Paulo de Figueiredo*
- Equilíbrio e contradição: a Constituição mista na obra de Políbio — *Antônio Carlos Pajo do Rego*
- Sobre a obra de Kelsen: breves anotações críticas — *Nelson Saldanha*
- Sistemas eleitorais: Justiça Eleitoral — sua problemática no constitucionalismo brasileiro — *Rosali Russomano*
- O voto do analfabeto — *Jose Carlos Brandi Alexo*
- Desenvolvimento e subdesenvolvimento sob a perspectiva das relações internacionais — *Artur Jose Almeida Diniz*
- Aspectos do princípio da igualdade — *Edgard Lincoln de Proença Rosa*
- O novo Código de Menores: algumas questões práticas suscitadas por sua aplicação — *Jesse Torres Pereira Júnior*

- Direito de autor: a nova estruturação penal no Brasil — *Carlos Alberto Brito*
- A colaboração da autoridade policial na cobrança dos direitos de autor — *Antônio Chaves*
- O regime jurídico das ações estruturais — *Arnoldo Wald*
- Da responsabilidade dos administradores das sociedades por ações em face da nova lei e da Lei nº 6.024/74 — *Wilson do Egito Coelho*
- A competência das varas distritais de São Paulo e Salvador e das circunscrições do DF — *Jose Lázaro Alfredo Guimarães*

NOTICIÁRIO

- 4º Seminário sobre Publicações Oficiais Brasileiras

DOCUMENTAÇÃO

- Histórico da Emenda Constitucional nº 18 de 30 de junho de 1981 (tramitação legislativa)
- Histórico da Emenda Constitucional nº 19 de 6 de agosto de 1981 (tramitação legislativa)

PUBLICAÇÕES

- Obras editadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas

A Revista pode ser adquirida na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal (22º andar) — Brasília-DF (CEP 70160) ou pelo REEMBOLSO POSTAL.

Preço: Cr\$ 240,00

O nº 71 é acompanhado do volume "Índice da Revista de Informação Legislativa nºs 1 a 70" (282 páginas)

Assinatura da *Revista de Informação Legislativa* (nºs 70 a 73) — Cr\$ 960,00

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

ANTEPROJETO

Quadro comparativo, dispositivo a dispositivo, do Anteprojeto da CLT à legislação trabalhista vigente.

Texto da Exposição de Motivos.

Notas remissivas à Constituição Federal, à legislação correlata e à Exposição de Motivos.

628 páginas
Preço: Cr\$ 250,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas
Senado Federal — Anexo I - 22º andar

Pedidos pelo reembolso postal
Subsecretaria de Edições Técnicas
Senado Federal — Brasília - DF
CEP: 70160

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00